

- [19] 2004b “Tarefas da Filologia Portuguesa face à documentação antiga de Portugal”, in *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1-3 de Outubro de 2003)*, 58-68 (intervenção na mesa-redonda organizada e moderada por Ivo Castro A *documentação antiga em Portugal*, 47-83). [comunicação]

MESA-REDONDA

A antiga documentação de Portugal

*Ivo Castro (moderador)*¹, *Ana Maria Martins*¹, *António Emiliano*²,
*Bernardo de Sá Nogueira*¹, *Susana Tavares Pedro*^{1*}, *Rita Marquilhas*¹

1 – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

2 – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

1. Introdução

Ivo Castro

1. Quando fui iniciado nestas coisas, ainda se acreditava que a língua portuguesa entrara no clube das «línguas históricas», ou seja as línguas dotadas de escrita própria, servindo para registar a voz do povo e guardar por todo o tempo da história a memória dos seus feitos, no ano de 1192, quando Elvira Sanches e seus três irmãos celebraram partilhas e encarregaram o presbítero João Mendes de as gravar em um célebre *Auto* que começava e acabava em latim, mas tinha todas as disposições que interessavam em português. Já na Faculdade, aprendi que o que aprendera estava velho, tão velho como a pronúncia do latim que trouxera do liceu, e que nem o *Auto de Partilhas*, nem o testamento que Elvira Sanches fez no ano seguinte, eram os mais antigos documentos escritos em português: em seu lugar, reinava agora a *Notícia de Torto*, enigmático documento que não se sabia quando fora escrito, mas que era certamente de um dos anos anteriores a 1211. E como se chegara a essa conclusão tão precisa? O promotor do documento, e principal vítima dos tortos que ele descreve, fora identificado como fidalgo da corte de Sancho I, rei que morreu naquele ano de 1211. Como o documento apenas tinha razão de ser estando vivo o fidalgo, Lourenço Fernandes da Cunha, e como aparentemente se cria que ele fizera coincidir a sua morte com a do soberano, concluiu-se que a *Notícia de Torto* só podia ter sido escrita antes de 1211. Libertámo-nos desta crença quando o Pe. Avelino Costa descobriu escrituras que mostravam Lourenço Fernandes em 1225, ocupado a comprar terrenos e, portanto, muito vivo. Revista a datação do documento com raciocínios menos interessantes que estes, ele está hoje situado em «cerca de 1214». Quer isto dizer que a língua portuguesa nasceu para a escrita 22 anos mais tarde do que se julgava? Claro que não.

* Doutoranda da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Com toda a probabilidade, terá nascido bastante mais cedo: como explicar que dois dos escrivães da chancelaria de Afonso II, ao copiarem a minuta do seu primeiro testamento em circunstâncias idênticas de local, data e finalidade, tivessem usado cada um seu conjunto de regras gráficas, distintos entre si mas cada um deles tão consistente e regular que quase apetece tratá-los como ortografias individuais, se não estivessem treinados no uso dessas grafias desde há muito tempo, portanto bem antes de 1214? Neste caso, a duplicação de mãos funciona como uma prova suplementar: os dois únicos escrivães de Afonso II que sabemos capazes de escrever português fazem-no com características sistemáticas, mas independentes, o que faz sentido scriptologicamente e é consistente com uma situação social e cultural em que, para determinados tipos de textos, se usou a língua vernácula bem antes de ela ter sido admitida aos textos destinados a perdurar no tempo. Quando associamos a esta conclusão a evidência de que os primeiros trovadores, ainda no séc. XII, decerto escreviam as suas composições e que elas não chegaram por oitiva aos cancioneiros, tornamo-nos receptivos à ideia de que a língua portuguesa deve ter começado a ser escrita muito antes de surgir nas páginas da *Notícia de Torto* e do *Testamento de 1214 de Afonso II*. Vários documentos revelados nos últimos anos situam-se no final do reinado de Afonso Henriques e não há motivos para não esperar o aparecimento de outros ainda mais antigos. Mas mal iríamos se não tirássemos de todas as peripécias que abreviadamente narrei uma outra conclusão, melhor diria uma moral:

– os documentos que conhecemos e podemos vir a conhecer são apenas alguns dos que em seu tempo foram produzidos, os dados que oferecem são apenas uma parte da realidade, talvez a menos interessante, talvez enganosa na sua fragmentação; sendo assim, mais vale um punhado de documentos que se completam, deixando perceber as correntes de gosto, vontade e técnica de que são ocasionais afloramentos e contribuindo paulatinamente para o atapetamento do nosso conhecimento histórico, do que um documento individual, por mais especial ou arcaico que pareça ser, pois dele, e do seu campeão, o tempo se encarregará.

2. A documentação antiga produzida no território de Portugal tem reconhecido interesse linguístico. Ela é essencial para rever e melhorar datações fonéticas e lexicais, que dependem geralmente dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Não só a cronologia, mas também a origem e a disseminação geográfica dos fenómenos linguísticos, dependem, para ser conhecidos e balizados de uma forma mais sólida que a hoje disponível, de uma rede cada vez mais densa de documentos encontrados, publicados, disponíveis para serem estudados de variadas perspectivas.

Mas estamos, ao dizer isto, a reconhecer que a documentação antiga não se acha publicada em quantidade suficiente (e nem sempre em forma apropriada para estudo linguístico); se, pelo outro lado, admitirmos que a massa de documentação por publicar é imensa, e que várias gerações de editores discretos poderiam esvair-se na sua transcrição, descobrimos finalmente que a situação em que nos encontramos apresenta certas vantagens intelectuais: precisamos de publicar muito mais documentos, mas não podemos publicar todos em tempo útil. Não estamos perante um dilema, mas sim à beira de um programa.

3. Os participantes desta mesa redonda são linguistas e paleógrafos, que não se encontram pela primeira vez aqui. O contacto entre estas duas profissões, ambas ligadas ao texto escrito e à sua interpretação, é um contacto necessário, que tem sido praticado em todas as gerações e que neste momento, de descoberta e etiquetagem, se revela particularmente oportuno. Aos participantes foram previamente colocadas várias perguntas, não para que lhes respondessem linearmente, mas para que as tivessem em mente durante as suas intervenções.

As perguntas foram estas:

- Quais são os quesitos para publicar a documentação antiga portuguesa (localização, quantificação e organização do material inédito)?
- Como empreender essa publicação (tipos de edição, critérios de transcrição, organização do trabalho por (a) tipologia dos documentos, (b) centros produtores, (c) arquivos, (d) períodos, (e) língua)?
- É possível uma edição que sirva a linguistas e historiadores?
- É preferível fazer edições em quantidade (grandes conjuntos de textos, apenas acompanhados de sumário e notas) ou edições de documentos seleccionados, acompanhadas de estudo interpretativo?
- É relevante a língua do documento?
- É relevante encontrar «o documento mais antigo»?
- Os processos de escrita revelados pela documentação antiga são privativos dela ou podem encontrar-se em outros ambientes culturais?

Referências

- Ramos, Feliciano (1960) *História da Literatura Portuguesa: Desde o século XII aos meados do século XX*. Braga: Livraria Cruz. [4ª edição]
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1963) Les anciens textes portugais non littéraires: Classement et bibliographie. *Revue de Linguistique Romane* 27. pp. 40-58.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1963) Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du xiii^{ème} siècle. *Revue de Linguistique Romane* 27. pp. 59-77.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1971) Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: La *Noticia de Torto* (Lecture critique, date et lieu de rédaction). *Actele Celui De-Al XII Lea Congres International de Linguistica si Filologie Romanica*. Bucarest, pp. 161-174.
- Costa, Avelino de Jesus da (1977) Os mais antigos documentos escritos em português (revisão de um problema histórico-linguístico). *Revista Portuguesa de História* 17. pp. 263-341.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1990) Sobre o mais antigo texto não-literário português: A *Noticia de Torto* (Leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico). *Boletim de Filologia* 31. pp. 21-77.
- Castro, Ivo (1991) *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Costa, Avelino de Jesus da (1992) Os mais antigos documentos escritos em português: Revisão de um problema histórico-linguístico. *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, pp. 169-256. [reedição “muito melhorada” de Costa, A. J. 1977].
- Emiliano, António (1995) Tradicionalidad y exigencias de realismo en la lengua notarial hispánica (hasta el siglo XIII). In González, Maurilio Pérez (ed.) *Actas del I Congreso Nacional de Latín Medieval* (León, 1-4 Diciembre de 1993). León: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, pp. 511-518.
- Souto Cabo, José António (1996) O ‘Testamento de Estévão Peres’ (1230). Aproximação à primeira escrita galego-portuguesa na Galiza. *Revista de Filología Románica* 13. pp. 123-149.
- Souto Cabo, José António (1997) Documentos galego-portugueses medievais (I). *Agália* 49. pp. 25-41.
- Emiliano, António H. de Albuquerque (1997) A língua notarial latino-bracarense e a reforma gregoriana. In Castro, Ivo (ed.) *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, Vol. II, pp. 91-109.
- Tato Plaza, Fernando (1997) ¿Dous documentos en galego de 1229?. In Castro, Ivo (ed.) *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, Vol. II, pp. 297-302.
- Martins, Ana Maria & Cristina Albino (1998) Sobre a primitiva produção documental em português: notícia de uma *Noticia de auer*. In Kremer, Dieter (ed.) *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Vol. 1. Vigo: Galaxia, pp. 105-121.
- Martins, Ana Maria (1999) Ainda ‘os mais antigos textos escritos em português’: Documentos de 1175 a 1252. In Faria, Isabel Hub (ed.) *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 491-534.
- Emiliano, António (2000) O mais antigo documento latino-português (882 a.D.) — edição e estudo grafémico. *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, 26 (1999). pp. 7-42.
- Martins, Ana Maria (2001) Emergência e generalização do português escrito: De D. Afonso Henriques a D. Dinis. In Mateus, Maria Helena Mira (ed.) *Caminhos do Português: Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas [Catálogo]*. Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 23-61.
- Souto Cabo, José António (2002) Usos romances na documentação galego-portuguesa do séc. XIII. In Head, Brian F., José Teixeira, Aida Sampaio Lemos, Anabela Leal de Barros & António Pereira (eds.) *História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro*. Braga: Universidade do Minho, pp. 435-448.
- Souto Cabo, José António (2003) Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa: Documentos do século XII. *Diacrítica* 17. pp. 329-385.
- Emiliano, António (2003a) *Latim e Romance em Documentação Notarial da Segunda Metade do Século XI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Emiliano, António (2003b) O estudos dos documentos notariais latino-portugueses e a história da língua portuguesa. *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita* (Universidade de Alcalá de Henares). 11, pp. 75-122.
- Emiliano, António H. de Albuquerque (2003c) Sobre a questão d' 'os mais antigos textos escritos em português'. *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos oferecida a Maria Helena Mateus pela sua jubilação*. In Castro, Ivo e Inês Duarte (eds.) Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Emiliano, António e Susana Pedro (2004) *De noticia de torto*: aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido, *Zeitschrift für romanische Philologie*, 120/1. pp. 1-81.
- Emiliano, António (2004) Observações sobre a «produção primitiva portuguesa» a propósito dos dois testemunhos do Testamento de Pedro Fafes de 1210. *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, 30 (2003). pp. 203-234.
- Martins, Ana Maria (no prelo, 2004) A emergência do português escrito na segunda metade do século XII. [*Homenagem a Fernando Tato Plaza*]. In Blanco, Rosario Alvarez & Antón Santamarina (eds.) Santiago de Compostela.
- Emiliano, António (no prelo, 2004) The textualization of Portuguese in the late 12th and early 13th centuries. In Maiden, Martin / Zacharello, Michelangelo (eds.) *The Early Textualization of the Romance Languages: Recent Perspectives* (Oxford, 2002) *Medieval Romanzo* (número especial).
- Emiliano, António (no prelo, 2004) Representational models vs. operational models of literacy in Latin-Romance legal documents (with special reference to Latin-Portuguese texts). In Deyermond, Alan, Peter Ricketts & Roger Wright (eds.) *Studies in Romance Languages dedicated to Ralph Penny*, Newark, Delaware: Juan de la Cuesta Monographs (Estudios Lingüísticos)
- Emiliano, António (no prelo, 2004) A documentação latino-portuguesa dos séculos IX-X e as origens da escrita portuguesa medieval: considerações gerais e preliminares. Catón, José María Fernández (ed.) *Actas del Congreso Internacional «Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León. Siglos IX-XII»*. León, 15-18 de octubre de 2003, León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» / Caja España, Caja de Ahorros y Monte Piedad / Archivo Histórico Diocesano (Fuentes y Estudios de Historia Leonesa)
- Emiliano, António (no prelo, 2004) A edição e interpretação da documentação antiga de Portugal: problemas e perspectivas da Filologia Portuguesa face ao estudo das origens da escrita em Português. *Actas del Congreso Internacional sobre «Las Lenguas Romances en su Origen»* (Monasterio de San Millán de la Cogolla, Dezembro de 2003, La Rioja), Claudio García Turza (ed.) = *Aemilianensis. Revista de las lenguas romances en su origen*, 1.

3. Intervenção de António Emiliano

Tarefas da Filologia Portuguesa face à documentação antiga de Portugal

As áreas da História da Língua Portuguesa e da Linguística Portuguesa Histórica, que nesta intervenção designo colectiva e indiferentemente por *Filologia Portuguesa*, apresentam actualmente graves lacunas no que concerne o conhecimento e estudo das fontes primárias medievais, em especial da prosa não-literária.

A importância da documentação notarial para as fases pretéritas da História da Língua Portuguesa é por de mais sabida e não vale a pena aqui gastar tempo a fundamentá-la.

O estudo da documentação antiga de Portugal é uma tarefa importante e urgente com a qual a Filologia Portuguesa se confronta, e em relação à qual se encontra atrasada em comparação com outros domínios linguísticos românicos e germânicos.

Ora o estudo da documentação antiga de Portugal pressupõe em primeiro lugar o seu conhecimento. O conhecimento implica a realização de diversas tarefas, que vão desde a localização, inventariação e classificação dos textos, à edição e constituição de *corpora* electrónicos.

Nesta intervenção proponho-me fazer alguns comentários sobre aquilo que designo genericamente como necessidades urgentes da Filologia Portuguesa Medieval, ou seja, áreas cujo desenvolvimento se deve levar a cabo para que o conhecimento da língua, da escrita e dos textos medievais possa assentar em dados sólidos e de acesso fácil. Estas diversas necessidades devem a curto e médio prazo traduzir-se na prossecução de tarefas ou projectos de equipas institucionalmente enquadradas, e também de projectos individuais, nomeadamente, em dissertações de mestrado e de doutoramento.

A tarefa mais urgente, porque é condição *sine qua non* para o conhecimento da documentação antiga de Portugal, é, sem dúvida, a **inventariação exhaustiva dos textos** contidos nos diversos fundos documentais dos arquivos portugueses, nos registos de chancelarias e nos cartulários. O inventário geral da documentação remanescente é uma necessidade imperiosa, que deve levar a um trabalho colaborativo de filólogos e historiadores (diplomatólogos e paleógrafos), no contexto das actividades de uma instituição ou de um projecto dedicado; os inventários parciais de António Ribeiro Guerra, Bernardo de Sá Nogueira, Maria José de Azevedo Santos, Stephen Parkinson, Ana Maria Martins, Xosé Antonio Souto Cabo, a existência de colecções publicadas de documentação latino-portuguesa, como as séries *Diplomata et Chartae* dos *Portugaliae Monumenta Historica*, e a série *Documentos Medievais Portugueses*, subdividida em *Documentos Régios* e *Documentos Particulares*, da Academia Portuguesa da História, a existência de edições de diversos cartulários, e o facto de alguns fundos documentais da Torre do Tombo estarem inventariados e catalogados facilitam o arranque desta tarefa urgente e ingente da Filologia Portuguesa.

Outras necessidades prendem-se com a disponibilização e análise dos textos. Para abordar este tipo de necessidades básicas da Filologia Portuguesa parto dos seguintes pressupostos:

- (1) uma edição representa tanto melhor o texto medieval quanto menos operações de transliteração envolver
- (2) transcrever e editar não são sinónimos de transliterar
- (3) a realização de edições interpretativas deve basear-se em edições ultra-conservadoras
- (4) nenhuma edição de um texto medieval poderá só por si satisfazer todos os potenciais públicos ou usuários
- (5) a edição de documentos medievais não pode actualmente ser pensada e levada a cabo exclusivamente em termos da sua publicação em suporte impresso (papel)

Posto isto, passo a enumerar as necessidades da Filologia Portuguesa que se me afiguram mais prementes.

1. Necessidade do estabelecimento de critérios de transcrição ultra-conservadores para edições diplomáticas destinadas a estudos linguísticos e scriptológicos, quer de documentos individuais, quer de colecções documentais

2. Necessidade do estabelecimento de critérios de edição detalhados com explicitação de um número elevado de campos a preencher para cada texto individual

A este respeito é absolutamente fundamental distinguir-se entre ‘transcrição’ e ‘transliteração’, sendo que a última deve ser controlada em alto grau (cf. Emiliano 2002a).

Por transcrição entendo um tipo de representação tipográfica de um texto medieval que preserve todos os detalhes do conjunto de caracteres presentes no manuscrito, o que acarreta o escrupuloso respeito pelo sistema scriptográfico.

Por transliteração entendo um tipo de representação tipográfica de um texto medieval em que o conjunto de caracteres original é substituído por outro conjunto de caracteres através de operações de transliteração coerentes e consistentes.

Ora o que se verifica é que, na generalidade, os editores de textos medievais realizam substanciais operações de transliteração através dos seus critérios ditos de transcrição: ou seja, a quase totalidade dos editores translitera quando declara transcrever. Este equívoco generalizado resulta, em minha opinião, do facto de a quase totalidade dos editores de textos medievais entender que há equivalência absoluta, quando não identidade, entre os alfabetos medievais e o actual. Na realidade, e apesar dos alfabetos medievais e o alfabeto moderno serem versões do alfabeto romano, não há equivalência nem identidade, dado que os alfabetos medievais contêm um número elevado de caracteres alfabéticos e analfabéticos sem correspondência no alfabeto moderno. A substituição de caracteres medievais por caracteres modernos é uma operação de transliteração e não de simples transcrição: concretamente, procedimentos editoriais correntes como a expansão das abre-

viaturas, a substituição de minúsculas aumentadas, maiúsculas reduzidas e letras unciais por maiúsculas, a substituição de sinais de pontuação medievais por sinais modernos são operações de transliteração e não de simples transcrição. No entanto, estes procedimentos são encarados pela generalidade dos editores como naturais e pouco problemáticos.

Reitero o pressuposto explicitado acima: «uma edição representa tanto melhor o texto medieval quanto menos operações de transliteração envolver». Daqui decorre que uma edição minimamente intervencionista deve fazer uso de um sistema de representação tipográfica que permita capturar o conjunto de caracteres presente nos manuscritos.

Por outro lado, a transcrição pública de um texto medieval, tanto em suporte impresso como em suporte electrónico, só faz sentido no contexto de uma edição que contenha informação detalhada sobre a proveniência do manuscrito, a tipologia documental, a tipologia paleográfica, a tradição manuscrita do texto, etc.; ou seja, trata-se de informação que pode permitir ao estudioso contextualizar e localizar os dados linguísticos que o texto oferece. A informação sobre a tradição editorial, sobretudo quando acompanhada de um aparato de notas críticas, permite crucialmente avaliar os progressos na interpretação do texto em questão que a edição mais recente oferece (ou não) relativamente a edições anteriores, e também avaliar criticamente o impacto que as edições precedentes tiveram no conhecimento de fases antigas da história da língua portuguesa. Recordo a este propósito que as edições do documento latino-português original mais antigo (de 882) anteriores à que publiquei (cf. Emiliano 2000) ignoraram a forma ‘moastica’ (= monastica), que é a atestação gráfica mais antiga conhecida da síncope de N intervocálico: quase todos os editores restituíram o N sem indicação editorial, e só um (mais recente) adicionou o N entre colchetes. Assim, nenhum estudioso do período antigo da História da Língua Portuguesa refere esta atestação datada do século IX de um fenómeno fonológico de grande importância.

3. Necessidade de boas edições interpretativas baseadas em edições diplomáticas

A criação de edições interpretativas assenta naquilo que se pode designar como o “critério da legibilidade” que resulta na edição dos textos medievais num formato amigável, facilmente acessível a estudiosos não familiarizados com as convenções scriptográficas medievais, ou não preocupados com os detalhes dessas convenções. Os usuários potenciais deste tipo de edição formam um conjunto heterógeno de leitores: historiadores, linguistas interessados exclusivamente no léxico ou na sintaxe, medievalistas em geral, público não especialista. As edições interpretativas podem também estar na base de glosários e listagens de formas, e servir como úteis versões de consulta e leitura rápida dos textos.

Neste contexto particular é importante afirmar claramente a impossibilidade de uma edição satisfazer todos os potenciais públicos, nomeadamente, historiadores, que querem a máxima legibilidade assente em leituras rigorosas, e linguistas, que querem e precisam de edições pouco intervencionistas, por natureza “pouco legíveis”.

De qualquer forma, o campo bibliográfico de um texto medieval não se pode considerar esgotado ou preenchido com a publicação de um único tipo de edição, por mais fiável ou rigorosa que a edição seja; daí a imensa vantagem de que se reveste a edição dupla (paralelamente em tipo conservador e interpretativo).

Isto obriga-nos a pensar na mediação editorial dum texto medieval como um leque de possibilidades e de modalidades: qualquer programa editorial representa assim uma escolha entre caminhos possíveis na representação tipográfica e mediação editorial de um texto medieval.

Tive já ocasião de propor a distinção entre pelo menos **quatro tipos de edição para documentos medievais**, distintos quanto ao seu grau de conservadorismo.

De acordo com os pressupostos acima expostos, proponho que a fixação de um texto medieval em suporte impresso para fins de análise linguística (ou seja, para fins da sua constituição em documento linguístico) passe pela realização ou, pelo menos pela consideração, de **quatro tipos de edição**, cada um mais modernizador que o anterior. Proponho assim a distinção entre quatro tipos possíveis de edição (diferenciadas pelo grau de conservadorismo, e pelos fins e públicos diversos a que se podem destinar), discriminando para cada um deles um conjunto de critérios de transcrição e transliteração:

- Tipo I — edição paleográfica com transcrição estreita em tipo medieval
- Tipo II — edição paleográfica com transcrição larga em tipo medieval
- Tipo III — edição paleográfica com transcrição larga em tipo normal
- Tipo IV — edição interpretativa

A necessidade de se considerar a realização de vários tipos de edição justifica-se pelo facto de nenhum tipo editorial poder, por si só, corresponder a todos os potenciais públicos da edição, mesmo no caso mais restrito de edições de fontes para estudos linguísticos: é o público-alvo da edição que determina, em última análise, a estratégia editorial a seguir.

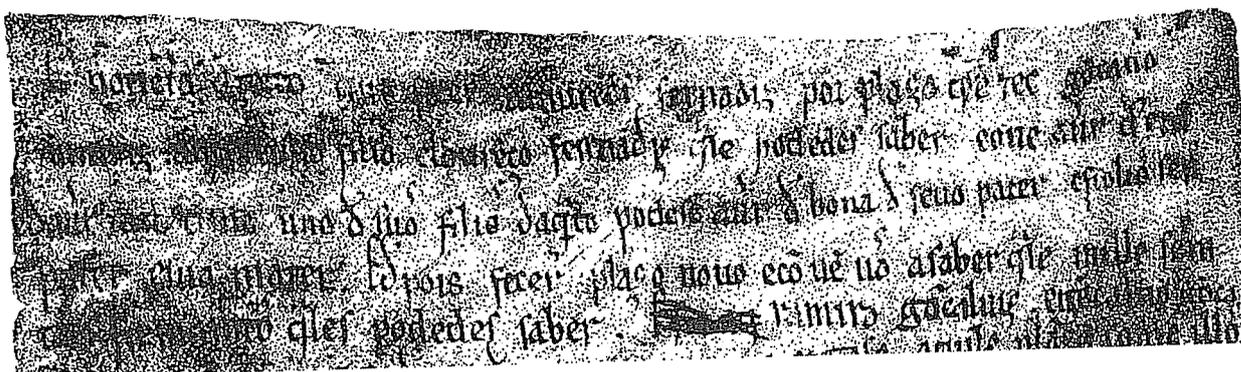
A aplicação destes critérios editoriais a um conjunto de textos medievais está a ser objecto de discussão e definição no âmbito das actividades da Linha de Investigação 4 “Filologia e Linguística Histórica” do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. A documentação já produzida sobre esta questão está disponível no sítio web do CLUNL.

Como ilustração desses quatro tipos de edição apresento um fragmento da *Notícia de Torto* contendo as cinco primeiras linhas do texto.

Notícia de Torto (1211-1216) – Linhas 1 - 5

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Salvador de Vairão,
maço 2, n.º 40 (casa-forte)

1. Facsímile



2. Edição paleográfica – Tipo I

- L01 Ø noticia ð tozto que feceʒ alaureci⁹ ferrnāðiz poz plaço
q/v/e feç gōcauo,
- L02 ramiriç antre suð filið elourēço ferrnāðiz, q̄le poderes
faber eoue aúr d'erdað
- L03 edaur tāto q̄me uno ð suð filið daq̄to poderē aúr ð bona ð
seuo pater efioið seu,
- L04 pater esua mater . Eðpois feceʒ plaço nouo ecō uē uð
afaber q̄le inille se/e/m
- L05 taes firmamto q̄les poderes faber . <Ef**aq> ramiro gōcaluiç .
egōcaluo gōca

3. Edição paleográfica – Tipo II (*apud* Emiliano & Pedro 2004) ¹

L01 Ø ² noticia ð tozto que fecer⁷ ³ a_laurēci⁹ fernādiz poz
plaço q/v/e ⁴ fec⁵ ⁶ gōcauo,

L02 ramiriz antre suō filiō e_loureço ⁷ ferrnādiz q̄le ⁸ podeder
haber e_oue aūr d'erdad⁹

L03 e_d_aūr tāto ¹⁰ q̄me ¹¹ uno ð suō filiō d_aq̄to ¹² poderē ¹³
aūr ð bona ð seuo ¹⁴ pater e_fioliō seu, ¹⁵

¹ Edições coligidas: João Pedro Ribeiro (1860) = JPR, Pedro de Azevedo (1914) = PA, Luís Filipe Lindley Cintra (1971) = LFLCa, Avelino de Jesus da Costa (1979) = AJCa, Luís Filipe Lindley Cintra (1990) = LFLCb, Avelino de Jesus da Costa (1993) = AJCb, Susana Pedro (1994) = SP.

² Ø] o sinal de abreviação não é actualmente visível no ms.; JPR '...'; PA 'De'; LFLC 'De'; AJC 'D(e)'; SP 'D'

³ fecer⁷] o sinal de abreviação não é actualmente visível no ms.; JPR 'fecerum'; PA 'fecerum'; LFLC 'fecerū' (é provavelmente gralha, repetida em LFLCb); AJCa 'fecer(um)'; AJCb 'fecer(ū)'; SP 'fecer'. Nas formas verbais de 3.^a pessoa plural do pretérito perfeito a sequência final <r̄> (equivalente a '-runt') é transcrita por JPR como '-rum', por PA como '-run' (mais frequentemente) e '-rum', LFLC como '-rū', por AJCa como '-r(um)', e por AJCb como '-r(ū)', pelo que não assinalamos mais em nota.

⁴ q/v/e] JPR, PA 'que'; LFLC 'qve'; AJC 'que'

⁵ fec⁵] o sinal de abreviação não é actualmente visível no ms.; JPR 'fece'; PA 'fece'; LFLCa 'fez'; AJC 'fec(e)'; LFLCb 'fece'; SP 'fec'

⁶ gōcauo,] a vírgula não é actualmente visível no ms.

⁷ loureço] JPR 'Lourenço' (JPR transcreve os nomes próprios em itálico, facto que não assinalamos em nota); PA 'lourenço'; LFLC 'Lourēzo'; AJCa 'Lourēço'; AJCb 'Lourēzo'

⁸ q̄le] JPR 'quale'; PA 'quale'; LFLC 'quale'; AJCa 'q(ua)le'; AJCb 'q(u)ale'; a sequência 'q + letra vocálica sobrescrita com valor abreviativo' é transcrita sistematicamente por JPR e PA por 'quV', por LFLC como 'quV'; por AJCa como 'q(uV)', e por AJCb como 'q(u)V', pelo que não assinalamos mais em nota.

⁹ d'erdad⁹] as letras 'ad' não são actualmente visíveis no ms.; JPR 'derdade'; PA 'de erdade'; LFLC 'de erdade'; AJC 'd(e) erdad(e)'; SP 'derd'

¹⁰ tāto] o sinal de abreviação não é actualmente visível no ms.; JPR 'tanto'; PA, LFLC, AJC 'tāto'; SP 'tato'

¹¹ q̄me] o 'o' sobrescrito não é actualmente visível no ms.; JPR, PA 'quome'; LFLC 'quome'; AJCa 'q(uo)me'; AJCb 'q(u)ome'; SP 'qme'

¹² d_aq̄to] JPR 'da quanto'; PA 'daquanto'; LFLC 'daquāto'; AJCa 'd(e) aq(uan)to'; AJCb 'da q(u)āto'

¹³ poderē] JPR 'podesem' (JPR translitera o sinal abreviativo geral com valor de nasal em final de forma verbal e nominal como '-m', pelo que não assinalamos mais em nota); PA 'podesen' (PA translitera geralmente o sinal abreviativo geral com valor de nasal em final de forma verbal como '-n', pelo que não assinalamos mais em nota); LFLC 'podesē' (o itálico é provavelmente gralha, repetida em LFLCb); AJC 'podesē'

¹⁴ seuo] PA 'seus'

¹⁵ seu,] a vírgula não é actualmente visível no ms.; LFLCa 'seu[s]'

L04 pater e_sua mater . E_δpois fecer̄ plaxo nouo e_cō=uē uō¹⁶
a_saber q̄le in_ille¹⁷ se/e/m

L05 taes firmam̄tō q̄lef podedes saber . <E_f**aq>¹⁸ ramiro
gōcaluiz . e_gōcaluo gōca¹⁹

4. Edição paleográfica – Tipo III

- L01 D(e) noticia d(e) torto que fecer(unt) a_laurēci(us) fernādiz por plazo q/v/e fec(e)
gōcauo,
- L02 ramiriz antre suos filios e_lourēzo fernādjz qlalle podedes saber e_oue au(e)r
d(e)_erdad(e)
- L03 e_d_au(e)r tāto qlolme uno d(e) suos filios d_aqlal(n)to podesē au(e)r d(e) bona
d(e) seuo pater e_fiolios seu,
- L04 pater e_sua mater . E_d(e)pois fecer(unt) plazo nouo e_cō=uē uos a_saber qlalle
in_ille se/e/m
- L05 taes firmam(en)tos qlalles podedes saber . <E_f**aq> ramiro gōcaluiz . e_gōcaluo
gōca

5. Edição interpretativa – Tipo IV

5.1. estreita com til generalizado (sem pontuação e capitalização modernas)

- P01 (*recto*) |^{L01} de noticia de torto que fecerunt a laurēcius fernādiz por plazo que fece
gōcauo |^{L02} ramiriz antre suos filios e lourēzo fernādjz quale podedes saber
- P02 e oue auer de erdade |^{L03} e d' auer tāto quome uno de suos filios d' aquanto
podesē auer de bona de seuo pater e fiolios seu |^{L04} pater e sua mater
- P03 e depois fecerunt plazo nouo e cōuēuos a saber quale in ille seem |^{L05} taes
firmamentos quales podedes saber
- P04 [...] ramiro gōcaluiz e gōcaluo gōca[luiz] ...

¹⁶ uō] JPR omite; PA 'uero'; LFLC, AJC 'uos'

¹⁷ ille] JPR 'elle'

¹⁸ <E_f**aq>] sequência anulada por riscado forte; JPR, PA omitem; LFLC omite e assinala em nota uma palavra riscada; AJC omite e assinala em nota uma palavra rasurada.

¹⁹ gōca] JPR 'Gonca'; PA 'gōca[luiz]'; LFLC 'Gōca[luiz e]'; AJCa 'Gōca[luiz]'; AJCb 'Gōca[luiz e]'

5.2. estreita sem til generalizado (sem pontuação e capitalização modernas)

- P01 (*recto*) |^{L01} de noticia de torto que fecerunt a laurencius fernandiz por plazo que fece goncauo |^{L02} ramiriz antre suos filios e lourenzo fernandiz quale podedes saber
- P02 e oue auer de erdade |^{L03} e d' auer tanto quome uno de suos filios d' aquanto podese[m] auer de bona de seuo pater e fiolios seu |^{L04} pater e sua mater
- P03 e depois fecerunt plazo nouo e conuemuos a saber quale in ille seem |^{L05} taes firmamentos quales podedes saber
- P04 [...] ramiro goncaluiz e goncaluo gonca[luiz] ...

5.3. larga com til generalizado (com pontuação e capitalização modernas)

- P01 (*recto*) |^{L01} De noticia de torto que fecerunt a Laure~cius Ferna~diz, por plazo que fece Go~cauo |^{L02} Ramiriz antre suos filios e Loure~zo Ferna~diz, quale podedes saber.
- P02 E oue auer de erdade |^{L03} e d' auer ta~to quome uno de suos filios d' aquanto podese~ auer de bona de seuo pater, e fiolios seu |^{L04} pater e sua mater.
- P03 E depois fecerunt plazo nouo e co~ue~uos a saber quale; in ille seem |^{L05} taes firmamentos quales podedes saber.
- P04 [...] Ramiro Go~caluiz e Go~caluo Go~ca[luiz] ...

5.4. larga sem til generalizado (com pontuação e capitalização modernas) (*apud Emiliano & Pedro 2004*)

- P01 (*recto*) |^{L01} De noticia de torto que fecerunt ²⁰ a Laurencius Fernandiz, por plazo ²¹ que fece ²² Goncauo |^{L02} Ramiriz antre suos filios e Lourenzo Fernandiz, quale podedes saber.
- P02 E oue ²³ auer ²⁴ de erdade |^{L03} e d' auer tanto quome uno de suos filios d' aquanto podese[m] auer de bona de seuo pater, e fiolios ²⁵ seu |^{L04} pater e sua mater.
- P03 E depois fecerunt plazo nouo e conuemuos a saber quale; in ille seem |^{L05} taes firmamentos quales podedes saber.
- P04 [...] Ramiro Goncaluiz e Goncaluo Gonca[luiz] ...

²⁰ fecerunt] = mod. 'fizeram'

²¹ plazo] = mod. 'prazo'

²² fece] = mod. 'fez'

²³ oue] = mod. 'houve' (arc.)

²⁴ auer] = mod. 'haver'

²⁵ fiolios] mod. 'fiou-lhos'

4. *Necessidade de um quadro conceptual bem fundamentado para a interpretação e análise dos textos*

Um tal quadro conceptual deve aproveitar a investigação recente em Linguística Românica, Linguística Histórica, e Literacia, para a correcta abordagem dos documentos medievais latino-portugueses, proto-portugueses e portugueses, tanto da produção primitiva como da segunda fase (*post* 1255). Limito-me a notar a importante investigação produzida nas últimas duas décadas por Roger Wright, Francesco Sabatini, Michel Banniard e Jozséf Herman sobre a transição Latim/Romance, e sobre a interpretação da latinidade medieval.

Para a análise grafémica dos textos produzidos em Portugal nos séculos XII e XIII limito-me aqui a remeter para os critérios gerais de portuguesismo que propus num artigo recente:

[...] tentando sistematizar algumas noções que permitam centrar a discussão do “portuguesismo” de um documento medieval, pode dizer-se então, com propriedade, que **um texto está escrito em português antigo, e não em latino-romance, quando:**

1. do ponto de vista grafo-lexémico, para além de poder apresentar lexemas não latinos, **não apresenta representações recorrentes de lexemas latinos que não se continuaram em português antigo;**
2. do ponto de vista grafo-sintáctico, para além de poder apresentar estruturas e categorias sintácticas não latinas, **não apresenta estruturas latinas estranhas** (à luz do *corpus* de textos originais actualmente conhecido) **à sintaxe do português antigo;**
3. do ponto de vista grafo-morfémico, para além de poder apresentar morfemas e estruturas morfológicas não latinas, **não apresenta representação de morfemas funcionais latinos ausentes na morfologia portuguesa;**
4. do ponto de vista grafo-fonémico, para além de poder apresentar formas gráficas inovadoras – formas contendo grafias não latinas ou contendo grafias “abduzidas”, i.e., reinterpretadas e empregues em contextos distintos do contexto original –, **não apresenta grafias e formas gráficas latinas anisomórficas relativamente às formas fonémicas portuguesas.** (Emiliano 2003: 273-4)

Estes critérios não podem ser aplicados de forma absoluta, devendo ser entendidos como condições gerais que podem pontualmente ser violadas, como se verifica na *Notícia de Torto*, que está inquestionável e consensualmente escrita em português (ao contrário do que se passa com a *Notícia de Fiadores* de 1175, ou com o *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais* de ca. 1175 (?)).

5. *Necessidade da disponibilização dos dados paralelamente em suporte digital e em suporte impresso*

Relembro o pressuposto (5) explicitado acima: «a edição de documentos medievais não pode actualmente ser pensada e levada a cabo exclusivamente em termos da sua publicação em suporte impresso». De facto editar para o papel, seja o papel de celulose, seja o “papel electrónico”, não faz sentido. As edições devem ser objectos pesquisáveis e manipuláveis. A edição em papel deve ser cada vez mais pensada como um sucedâneo da edição electrónica, e não como o objectivo editorial por excelência. Só as edições electrónicas permitem análises finas e detalhadas dos textos, através da implementação de esquemas de etiquetagem, e através da utilização de aplicações de extracção automática de dados, etc.

Outra vertente importante da disponibilização dos dados é a da digitalização em imagens de alta resolução dos manuscritos. Os facsímiles digitais abrem uma série de possibilidades de análise dos textos no seu suporte material que a simples consulta dos manuscritos à vista desarmada não permite, para além de possibilitarem o acesso aos manuscritos fora dos arquivos e sem os expor ou danificar. A digitalização de arquivos é um empreendimento cada vez mais generalizado a nível internacional, e constitui uma forma importante de preservação e disponibilização do património cultural e linguístico antigos. Adicionalmente, tanto a digitalização em formato de texto como em formato de imagem possibilitam o acesso fácil aos manuscritos através da Internet ou através de arquivos electrónicos *on-line* ou *off-line*.

Para terminar, aponto, sem as comentar, algumas necessidades adicionais da Filologia Portuguesa na actual conjuntura:

Necessidade de correcto enquadramento diplomático, cultural e jurídico dos documentos
Necessidade de análises monográficas de documentos individuais ou de conjuntos pequenos de documentos

Necessidade de estudos globais de grandes conjuntos de documentos, com uma perspectiva estatístico-interpretativa que permita a extracção e explicitação de padrões, correntes e tendências

Necessidade de estudos comparativos entre núcleos documentais, tipos documentais e domínios linguísticos

Referências

- Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Linha 4, Filologia e Linguística Histórica: geral: <http://www.fcsh.unl.pt/clunl/linha4.html>
projecto Tipo Medieval: http://www.fcsh.unl.pt/clunl/Linha4_Ficheiros/1-Actividades.html#TIPO_MEDIEVAL
documentação: http://www.fcsh.unl.pt/clunl/Linha4_Ficheiros/3-Publicacoes.html
Emiliano, António (2000) O mais antigo documento latino-português (882 a.D.) — edição e estudo grafémico. *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, 26 (1999). pp. 7-42.

- Emiliano, António (2002a) Problemas de transliteração na edição de textos medievais. *Revista Galega de Filoloxía*. 3, pp. 29-64.
- Emiliano, António (2003) Sobre a questão d' «os mais antigos textos escritos em português». In Castro, Ivo & Inês Duarte (eds.) *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus pela sua jubilação*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Volume I, pp. 261-278.
- Emiliano, António & Pedro, Susana (2004) *De noticia de torto: aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido*. *Zeitschrift für romanische Philologie* 120/1. pp. 1-81.

4. Intervenção de Bernardo de Sá Nogueira

Notas sobre a edição da mais antiga documentação de Portugal (séculos XII-XIII)

1. Balizas cronológicas e tipológicas

Pontos prévios a uma reflexão sobre a edição da mais antiga documentação de Portugal são a definição das balizas cronológicas e da tipologia dos textos.

Quanto à cronologia, o ponto de partida será necessariamente a cronologia final do trabalho dos *Documentos Medievais Portugueses*, de Rui Pinto de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa – continuação da secção *Diplomata et Chartae* dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Ou seja, 1123 para os documentos particulares, 1211 para os régios.

A definição do ponto de chegada envolve a ponderação de vários critérios. Um deles, aceitável e pertinente, é a adopção do português como língua de redacção da documentação régia na última década do século XIII. Datas redondas: 1300. Entre outros argumentos favoráveis à escolha desta baliza cronológica, além do valor simbólico evidente, é o da normalização acrescida que essa introdução comportou. A título de exemplo: se cotejarmos documentos notariais em português feitos em Lamego, Bragança, Lisboa e Évora nas décadas de 60 e 70 do século XIII com outros lavrados nas mesmas circunscrições passados quarenta anos, a dissemelhança linguística diluiu-se notoriamente. Por outras palavras, esta baliza cronológica pressupõe que o primeiro período da “documentação mais antiga de Portugal” corresponda à existência de acentuadas variações regionais no português escrito, que o uso da língua nos documentos régios veio esbater.

Quanto à tipologia, como se subentende do segundo parágrafo, supra, referimo-nos somente a textos de diplomas (classificáveis em particulares e régios, até aos finais do século XII, mas a partir daí preferivelmente categorizados em curiais – ou de chancelaria, judiciais e notariais – ou tabeliónicos).